GABINETE DO PREFEITO

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 065/2022

Senhor Presidente,

Nobres Vereadores.

Submeto à apreciação de Vossas Excelências o incluso Projeto de Lei n.º 065/2022, o qual Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Políticas Culturais e dá outras providências.

Trata-se de proposição legislativa que busca a atualização do Conselho Municipal de Políticas Culturais, de modo a viabilizar o seu pleno funcionamento e possibilitando o alcance de seus objetivos precípuos.

Outrossim, acrescenta ao corpo da redação a previsão da novel legislação da Carteira de Artista Guaibense e de Técnicos em Espetáculos de Diversões de Guaíba – CAG.

Isto posto, dada a justificativa ora lançada, rogo a Vossas Excelências que seja integralmente aprovado o Projeto de Lei n.º 065/2022.

Guaíba, 10 de outubro de 2022.

MARCELO SOARES REINALDO, Prefeito Municipal.





PROJETO DE LEI Nº 065, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS

CAPÍTULO I DA NATUREZA E DA FINALIDADE

Art. 1º. A criação do Conselho Municipal de Políticas Culturais, vinculado à Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, órgão colegiado, de caráter permanente, consultivo e orientador, tem por finalidade garantir de maneira democrática e legítima, a participação de segmentos representativos da sociedade civil ligados à cultura, institucionalizando a relação entre estes e a Administração Pública Municipal, na elaboração, na execução e na fiscalização da política cultural de Guaíba, além de cumprir o disposto no acordo de Cooperação entre o Município e a União dentro do Sistema Nacional de Cultura.

CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS

- Art. 2°. Compete ao Conselho Municipal de Política Cultural de Guaíba:
- ${
 m I}$ atuar na formulação de estratégias e no controle da execução das políticas públicas culturais;
- II representar a sociedade civil de Guaíba junto ao Poder Público Municipal nos assuntos referentes a cultura;
- III elaborar junto à Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, diretrizes e normas referentes à política cultural do Município;



GABINETE DO PREFEITO

 IV – apresentar, discutir e emitir pareceres sobre projetos que tratem do desenvolvimento da cultura, da produção, do acesso, da difusão e da descentralização cultural do Município;

 V – propor programas, ações e instrumentos objetivando estimular a democratização e a descentralização das atividades de produção e difusão artístico-cultural, visando garantir a cidadania cultural por meio do direito de acesso aos bens culturais, de produção e circulação culturais;

VI – colaborar para o estudo e o aperfeiçoamento da legislação sobre a política cultural em âmbito municipal;

VII – acompanhar e avaliar a execução das diretrizes e metas anuais estabelecidas pela Secretaria, pelas Conferências e Plano Municipal de Cultura, bem como as suas relações com a sociedade civil;

VIII – contribuir na elaboração do Plano Municipal de Cultura, fiscalizando e orientando a sua execução;

IX – contribuir para o compartilhamento e pactuação, necessários à efetivação do Plano Municipal de Cultura;

- X incentivar o aperfeiçoamento e a valorização dos profissionais e demais sujeitos sociais ligados ao processo do fazer e do viver culturais;
- XI auxiliar na realização da Conferência Municipal de Cultura ou outra modalidade de evento que tenha por objetivo ouvir a sociedade para fins de revisão da política cultural do Município;





GABINETE DO PREFEITO

XII – auxiliar a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura na efetivação e implementação de uma política cultural em consonância com a Lei Orgânica do Município;

XIII – elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

XIV – promover e incentivar estudos, eventos, campanhas, atividades permanentes e pesquisas na área da cultura;

XV – propor políticas de geração, captação e alocação de recursos para o setor cultural;

XVI – acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal, do Fundo Estadual e do Fundo Nacional de Cultura, repassados ao governo municipal;

XVII – convocar representantes do Poder Executivo e dos demais conselhos municipais, quando se tratar de pauta nas esferas de suas respectivas competências, a fim de instruir na elaboração de suas recomendações, moções, resoluções, pareceres ou outros expedientes;

XVIII – exercer demais atividades de interesse da arte e da cultura;

XIX – executar outras atribuições que lhe forem conferidas;

XX – participar da organização da Conferência Municipal de Cultura.

Art. 3°. O Conselho Municipal de Políticas Culturais manifestar-se-á por meio de recomendações, moções, resoluções, pareceres ou outros expedientes, e, seus atos serão publicados.





GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 4°. O Conselho Municipal de Política Cultural será composto de forma paritária por seguimentos da sociedade civil e setores do poder público municipal, abaixo relacionados:

- I Poder Público Municipal:
- a) Secretaria Municipal de Turismo e Cultura;
- b) Biblioteca;
- c) Museu;
- d) Gabinete do Prefeito Municipal;
- e) Secretaria Municipal de Educação;
- f) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- g) Departamento Jurídico ou Secretaria de Governo.
- ${
 m II}$ os representantes da sociedade civil serão eleitos de forma direta durante a Conferência Municipal de Cultura.
- Art. 5°. O Conselheiro Titular que se ausentar em 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, num período de 10 (dez) meses, sem prévia justificativa presidência do



GABINETE DO PREFEITO

Conselho Municipal de Políticas Culturais, expressada em reunião por seu devido suplente, será automaticamente desligado de seu o cargo.

- **Art. 6°.** O mandato dos membros do Conselho Municipal de Política Cultural será de 02 (dois) anos, sendo admitida uma única recondução por período igual e sucessivo.
- **Art. 7°.** Os representantes, titulares e suplentes, da sociedade civil eleitos de forma direta durante a Conferência Municipal de Cultura devem seguir os seguintes critérios:
 - I ser maior de 18 (dezoito) anos no ato da indicação;
 - II entender ter a facilidade em participar de processos de construção coletiva;
- III observar ter o devido tempo disponível para dedicar-se ao Conselho
 Municipal de Políticas Culturais;
 - IV residir no município de Guaíba;
- VI apresentar Carteira de Artista Guaibense e de Técnicos em Espetáculos de Diversões de Guaíba CAG ou devido encaminhamento para ingresso Sistema de Identificação do Artista Guaibense s.IAG, conforme Lei nº 4.140, de 04 de março de 2022.
- **Art. 8°.** A função de conselheiro, junto ao Conselho Municipal de Políticas Culturais, é exercida de forma voluntária e considerada serviço relevante ao município.

CAPÍTULO IV DA ESTRUTURA

Art. 9°. O Conselho Municipal de Política Cultural terá a seguinte estrutura:



GABINETE DO PREFEITO

I – Câmara diretiva composta pelo Presidente, Vice, Primeiro Secretário e
 Segundo secretário;

II – Secretaria Executiva;

III – Comissões.

Parágrafo Único. Os cargos eletivos restantes serão preenchidos dentre os conselheiros titulares, através de votação aberta, em assembleia geral, na forma de seu Regimento Interno.

CAPÍTULO V DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 10. A Conferência Municipal de Cultura é a instância deliberativa máxima a cerca das políticas municipais para área Cultura no município de Guaíba.

Art. 11. São aptos a votar e apresentar propostas para análise durante a Conferência Municipal de Cultura todos os presentes possuidores e de posse da Carteira de Artista Guaibense e de Técnicos em Espetáculos de Diversões de Guaíba – CAG ou devido encaminhamento para ingresso Sistema de Identificação do Artista Guaibense – s.IAG, conforme Lei nº 4.140, de 04 de março de 2022.

- **Art. 12.** Cabe ao Secretário Municipal de Turismo, Desporto e Cultura presidir os trabalhos da Conferência Municipal de Cultura.
- **Art. 13.** A Conferência Municipal de Cultura, será convocada por meio de edital publico, e definirá seu funcionamento através de seu regimento interno.





GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo Único. As definições referentes ao edital de convocação e aprovação do regimento interno devem ser definidas em reunião do Conselho Municipal de Política Cultural, com pauta especifica para esse fim.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14. O Conselho Municipal de Política Cultural realizará, bianualmente, de forma ordinária, a Conferência Municipal de Cultura, e extraordinariamente quando essa convocada por dois terços de seus membros.

Art. 15. A Secretaria Municipal de Turismo e Cultura deverá viabilizar a estrutura física e suporte administrativo, necessários ao funcionamento do Conselho Municipal de Política Cultural.

Art. 16. O Regimento Interno do Conselho Municipal de Política Cultural determinará a periodicidade das reuniões ordinárias e extraordinárias e suas formas de convocação.

Art. 17. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Fica revogada a Lei Municipal nº 3236, de 22 de dezembro de 2022.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíba, em 10 de outubro de 2022.

MARCELO SOARES REINALDO, PREFEITO MUNICIPAL.



Registre-se e Publique-se.

Juliano de Mattos Ferreira, Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos.



